

País registra criação de 394,9 mil vagas de emprego em outubro

Volta de cobrança do IOF sobre crédito renderá cerca de R\$ 2 bi

Página 6

Bolsonaro: país pode terminar 2020 com mais empregos do que em 2019

Página 4

Pelo quarto mês consecutivo, o saldo de geração de empregos ficou positivo. Foram criadas 394.989 vagas com carteira assinada em outubro, resultado de 1.548.628 admissões e de 1.153.639 desligamentos. O resultado recorde na série histórica iniciada em 1992 está no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado na quinta-feira (26) pelo Ministério da Economia.

O estoque, que é a quantidade total de vínculos ativos, em outubro chegou a

38.638.484, variação de 1,03% em relação ao mês anterior. No acumulado do ano, o saldo é negativo em 171.139, decorrentes de 12.231.462 admissões e de 12.402.601 desligamentos.

Dos cinco grandes grupos de atividades econômicas, quatro tiveram saldo positivo no emprego em outubro. O principal foi o setor de serviços, que abriu 156.766 novas vagas. No comércio foram criados 115.647 postos; na indústria, 86.426; na construção, 36.296. Página 3

Mutações não estão aumentando velocidade de transmissão do coronavírus

O novo coronavírus está sofrendo mutação à medida que se espalha pelo mundo na pandemia, mas nenhuma das mutações atualmente documentadas parece torná-lo capaz de se proliferar mais rápido, disseram cientistas na quarta-feira (25).

Em um estudo, a partir de dados globais de genomas de vírus realizado com 46.723 pessoas com covid-19 em 99 países, os pesquisadores identificaram mais de 12,7 mil mutações no vírus SARS-CoV-2. Página 3

OMS: milhões de mortes por ano podem ser evitadas com atividade física

Até 5 milhões de mortes por ano poderiam ser evitadas no mundo com um aumento da atividade física, estimou a Organização Mundial da Saúde (OMS), ao lançar linhas orientadoras para a área.

O combate ao sedentarismo deve ser praticado em todas as idades e mesmo por pessoas com condições físicas por motivo de doença, defendeu a OMS, ao anunciar as novas diretrizes.

A organização sugeriu, nesse contexto, que devem ser destinadas pelo menos duas horas e meia a cinco horas, por semana, para atividade aeróbica moderada a vigorosa, no caso dos adultos. Página 3

Indústrias do Mercosul e da UE pedem urgência para acordo comercial



Foto: Luc Nobrega/PR

As confederações das indústrias dos países do Mercosul e da Europa pediram urgência para a ratificação do acordo comercial

entre os dois blocos. As entidades assinaram na quinta-feira (26) declaração conjunta, em que defendem a implementação do acordo

o mais rápido possível para criar oportunidades de negócios e promover o desenvolvimento sustentável. Página 3

IBGE: esperança de vida do brasileiro aumentou 31,1 anos desde 1940

Página 4

SP investirá R\$ 700 milhões no Programa Dinheiro Direto na Escola

Página 2

Governo cria plataformas de gestão de documentos e divulgação de atos

Página 6

Procon-SP tem atendimento especial para Black Friday

Página 3

Esporte

Guilherme Samaia otimista após “férias” da Fórmula 2

A Fórmula 2 retorna neste final de semana após um longo intervalo – praticamente 60 dias – sem corridas. Acategoria de acesso à Fórmula 1 se reúne no Bahrein para os dois últimos encontros da temporada. O primeiro, já neste final de semana, acontece no circuito completo, de 5.412 metros, com corridas no sábado (28) e domingo (29) válidas pela 1ª e penúltima etapa do ano. Na semana seguinte, será o circuito externo, de 3.543 metros.

Um intervalo longo, mas positivo na visão do brasileiro Guilherme Samaia, que faz em 2020 a sua primeira tempo-

rada em um dos mais difíceis e competitivos campeonatos de automobilismo do mundo. “Usei esse tempo para absorver e digerir muitas coisas, as informações coletadas durante o ano, em uma temporada muito comprimida, densa e intensa. Foi um tempo bom para todos nós, pilotos e equipes, analisarem tudo e se encontrarem. Mantive contato constante com a equipe, que tem trabalhado muito, buscado novas alternativas e caminhos, e fiz um trabalho bem intenso de preparação”, afirmou.

O piloto de 24 anos, que compete pela equipe espanhola Campos Racing, coloca o fato de já



Foto: Dutsch/Plano Alencar

ter andado no Bahrein com o carro da Fórmula 2 como um dos que regem seu otimismo. “Chego já

conhecendo a pista e desde os testes de pré-temporada percorremos um longo caminho de

aprendizado e evolução, que poderei colocar em prática agora. Este tempo sem corridas foi bom para dar uma zerada nas energias. De qualquer maneira, temos de ir para a pista para poder saber onde realmente estamos. Só que no âmbito geral eu estou otimista na busca por pontos”, finalizou.

A Fórmula 2 realiza sua corrida longa, ou Sprint Race, no sábado (28) às 6h35 no horário de Brasília, com a duração de uma hora; no domingo (28) acontece a Feature Race, de 45 minutos, em que os oito primeiros da corrida 1 largam em ordem inversa, às 7 horas.

Marcelo Henriques parte para o primeiro desafio da reta final da GT Sprint Race 2020



Foto: Roberto Guimarães

A GT Sprint Race Brasil 2020 terá sua penúltima etapa nos dias 27 e 28 de novembro, no Autódromo Interna-

cional José Carlos Pace, em Interlagos (SP). As duas corridas acontecerão no sábado e são muito importantes para quem

ainda briga pelo título da temporada. O piloto mineiro Marcelo Henriques (Mais 1 Café / Action 360 / D4U / Finca Arroyo Baru), que tem como companheiro Alex Seid, é um deles e está feliz por correr em um circuito no qual já conseguiu inúmeros resultados positivos.

“É especial correr em Interlagos, uma pista que gosto muito e na qual aconteceram os melhores momentos da minha vida até aqui. Mas o principal é ter as pessoas que a gente ama por perto, assistindo ao vivo. Isso para mim tem um valor enorme. De quebra, ainda chegamos nesta reta final com campeonato com grandes chances de título”, destaca.

A classificação atual da categoria PROAM confirma a boa expectativa de Marcelo. A dupla ocupa a terceira colocação, a apenas 11 pontos dos líderes, Weldes Campos e Josimar Jr, ambos com 127, e são muitos pontos em jogo nas etapas finais. O primeiro passo será neste sábado e o piloto está bastante concentrado e com o objetivo de buscar bons resultados e avançar na classificação.

Marcelo Henriques também ressalta a importância de todos os parceiros em um ano atípico em razão da pandemia de Covid 19. “Preciso agradecer meus patrocinadores. A Mais 1 Café, es-

pecial pra me trazer aqui nesta reta final em condições de brigar pelo título, à Action 360, parceiros há mais de 2 anos, à D4U, que veio por tempo este ano, e ao Centro Pilotagem Roberto Manzini, onde sou instrutor há 2 anos ensinando e aprendendo na pista onde tenho mais lembranças felizes”, afirma.

A etapa de Interlagos da GT Sprint Race terá transmissões ao vivo das duas corridas pelas redes sociais da categoria e YouTube dos Acelerados. A Corrida 2 ainda será mostrada pelo BandSports, que também registrará um compacto da corrida 1.

Previsão do Tempo

Sexta: Sol e aumento de nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite.



Manhã Tarde Noite
Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial Compra: 5,31 Venda: 5,31

Turismo Compra: 5,13 Venda: 5,45

EURO

Compra: 6,32 Venda: 6,33

Bolsonaro: país pode terminar 2020 com mais empregos do que em 2019

AGU: nível superior vale como comprovação em concurso para nível médio

A Advocacia-Geral da União (AGU) editou uma súmula garantindo que candidatos possam apresentar diploma de graduação para assumir cargos de nível médio técnico...

provação, pelo candidato, de que possui formação em curso de nível superior com abrangência suficiente para abarcar todos os conhecimentos exigíveis para o cargo...

IBGE: esperança de vida do brasileiro aumentou 31,1 anos desde 1940

A expectativa de vida dos homens passou de 72,8 anos em 2018 para 73,1 anos em 2019, e das mulheres foi de 79,9 anos para 80,1 anos. Desde 1940, a esperança de vida do brasileiro aumentou em 31,1 anos...

em todas as faixas houve declínio da mortalidade ao longo do tempo. Para o IBGE, o fato de que, em 1940, a população de 65 anos ou mais representava 2,4% do total e, em 2019, o percentual passou para 9,5% é um indicativo de que os brasileiros estão vivendo por mais tempo...

O presidente Jair Bolsonaro disse na quinta-feira (26) que as projeções indicam que o país pode terminar o ano de 2020 com mais empregos do que em 2019. Ele comemorou o resultado positivo na criação de empregos formais, segundo balanço do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado pelo Ministério da Economia...

pregos em outubro. “Desde julho, agosto e setembro, tivemos superávit, saldo positivo, no Caged. Agora, levando-se em conta outubro, o Caged nos deu um superávit de 400 mil novos empregos com carteira assinada...”

Na quinta-feira (26), o Ministério da Economia divulgou que, pelo quarto mês consecutivo, o saldo de geração de empregos no Caged ficou positivo. Foram criadas 394.989 vagas com carteira assinada em outubro, resultado de 1.548.628 ad-

missões e de 1.153.639 desligamentos. O resultado é de recorde na série histórica iniciada em 1992. Atualmente, a estimativa da população desocupada no Brasil é de cerca de 13,5 milhões...

Fachin manda governo do Rio se explicar sobre operações policiais

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), oficiou na quinta-feira (26) o governo do Rio de Janeiro para que apresente, no prazo de cinco dias, as justificativas para a realização de operações em favelas...

dades estaduais apresentem os dados tomados na realização das diligências. Em junho, o ministro concedeu uma liminar (decisão provisória) determinando que, enquanto durar a pandemia do novo coronavírus, as operações policiais em favelas do Rio de Janeiro sejam realizadas somente em situações excepcionais...

(26), Fachin determinou ainda que o Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) encaminhe ao Supremo, no prazo de cinco dias, o teor das investigações abertas para apurar todas as mortes decorrentes de intervenções policiais ocorridas desde a concessão da liminar.

mesmo com as restrições do Supremo. Na madrugada do Rio de Janeiro (MPRJ) encaminhe ao Supremo, no prazo de cinco dias, o teor das investigações abertas para apurar todas as mortes decorrentes de intervenções policiais ocorridas desde a concessão da liminar.

STF autoriza remarcação de concursos por crença religiosa

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu na quinta-feira (26) autorizar a realização de provas de concursos públicos em datas e horários que não constam nos editais por motivos de crença religiosa. A discussão envolve a participação dos adventistas nas etapas das seleções...

que não consta no edital, desde que a mudança não cause prejuízos para a administração pública e à preservação da igualdade na seleção dos candidatos. De acordo com os ministros, a possibilidade pode ser garantida com base no Artigo 5º, inciso VIII, da Constituição...

do com os votos dos ministros Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Cármen Lúcia, Rosa Weber, Ricardo Lewandowski e o presidente Luiz Fux. Dias Toffoli, Nunes Marques, Gilmar Mendes e Marco Aurélio ficaram vencidos.

marcado em um sábado. Ele fez um requerimento para realizar a prova física em outro dia, mesmo sendo em outro estado, mas o pedido não foi aceito pela organização do concurso.

Supremo não permitirá desconstrução da Lava Jato, afirma Fux

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, disse na quinta-feira (26) que a Corte não permitirá a desconstrução da Lava Jato. Ele destacou a mudança recente que prevê a análise, daqui em diante, de todos os processos criminais pelo plenário como iniciativa nesse sentido.

o plenário a competência originária para julgar inqurritos e ações penais. “O Supremo Tribunal Federal não permitirá que haja a desconstrução da Operação Lava Jato”, afirmou Fux. “Todas as ações penais e todos os inqurritos passaram por responsabilidade do plenário porque o Supremo Tribunal Federal tem o dever de restaurar a imagem do país ao patamar de dignidade, de cidadania, de ética e de moralidade do

próprio país”, acrescentou. As declarações foram dadas durante palestra de abertura do 14º Encontro Nacional do Poder Judiciário, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão também presidido por Fux.

Judiciário e de iniciativas que enfraqueçam leis de combate à corrupção. Fux defendeu a atuação do juiz Sérgio Moro e do Ministério Público Federal (MPF) no desmonte do esquema de desvios em contratos da Petrobrás. Para aumentar a eficiência do combate à corrupção, o ministro defendeu o endurecimento das leis do país “no plano da coerção e da reparação de danos”.

Contra garimpo ilegal, Polícia Federal deflagra Operação Rêmore

A Polícia Federal (PF) deflagrau na quinta-feira (26) a Operação Rêmore, que visa desarticular uma associação criminosa suspeita de coordenar atividade de garimpo ilegal na Terra Indígena Ianomâmi, na Amazônia.

estão sendo cumpridos após manifestação favorável do Ministério Público Federal. Segundo a PF, as investigações foram iniciadas em 2018, “após uma ação do Exército abordar suspeitos que estavam levando pessoas, mantimentos e materiais diversos em um caminhão para áreas de garimpo às margens do rio

Urucicoera”. Duas pessoas são suspeitas de serem responsáveis pela exploração de garimpo ilegal localizado na área Ianomâmi. A PF informou que elas contariam com maquinário e balsas para a extração de ouro na região, recrutando e gerenciando garimpeiros e mergulhadores em suas atividades.

Há suspeitas de que elas seriam responsáveis também pela logística e pelo envio de insumos e materiais, como combustíveis, alimentos e equipamentos de forma a viabilizar tais práticas por dois garimpeiros da região. Entre eles, um terceiro suspeito que foi alvo da operação de quinta-feira. (Agência Brasil)

Petrobras quer investir US\$ 46 bi em exploração e produção até 2025

O Conselho de Administração da Petrobras aprovou o Plano Estratégico para o quinquênio 2021-2025 (PE 2021-25). Entre as metas figura o investimento de US\$ 46 bilhões em exploração e produção de petróleo nos próximos cinco anos, dos quais US\$ 32 bilhões (ou 70%) serão direcionados à camada pré-sal. A decisão foi tomada na quarta-feira (25), no

Rio de Janeiro. “A alocação está aderente ao nosso posicionamento estratégico, com foco em ativos de classe mundial em águas profundas e ultraprofundas, as quais somos donos naturais, tendo em vista a qualidade do capital humano, estoque de conhecimento tecnológico e capacidade de inovar”, informa a nota divulgada pela estatal.

Nos próximos cinco anos, está prevista a entrada em operação de 13 novos sistemas de produção, sendo todos alocados em projetos em águas profundas e ultraprofundas. Para 2021, estima-se uma variação da produção de 4% (para mais ou para menos) em relação a 2020. Para esse cálculo, estão sendo considerados as vendas de ativos deste ano e os

impactos associados à covid-19. A Petrobras informou ainda que se compromete a reduzir as emissões de gás carbono, por meio de medidas como reinjeção de dióxido de carbono nos reservatórios petrolíferos, ganhos de eficiência energética nas refinarias e redução da queima de gás natural em flare (ou seja, a queima do gás associado ao óleo retirado do subsolo). (Agência Brasil)

CADA DIA PICAZO JAVALS VOLTAM A PREOCUPAR PRODUTORES RURAIS EM SANTA CATARINA. Includes image of a pig and text: DESENHO: PRINTEREST 173 120 WWW.JORNALODIASP.COM.BR

Volta de cobrança do IOF sobre crédito renderá cerca de R\$ 2 bi

Gov. cria plataformas de gestão de documentos e divulgação de atos



Enviado à imprensa por meio de uma publicação no Twitter em 26 de novembro de 2020.

O governo federal lançou na quinta-feira (26) duas novas plataformas que devem consolidar a digitalização de documentos oficiais e atos normativos no âmbito da administração pública. Em cerimônia no Palácio do Planalto, que contou com a participação do presidente Jair Bolsonaro e de outras autoridades, o ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência, Jorge Oliveira, apresentou alguns detalhes do Sistema Único de Processo Eletrônico em Rede (SUPER.BR) e do projeto CodeX.

O primeiro é uma plataforma que vai integrar e conectar todos os órgãos da administração direta e indireta, incluindo ministérios, autarquias, fundações, universidades, institutos e outras entidades, por onde deve tramitar todo o tipo de documento oficial, como processos administrativos, memorandos, ofícios, atos normativos e despachos diversos.

"Vários órgãos do governo faziam seus processos de maneira estanque e nós estamos convergindo para uma única tela, um único ambiente, com requisito de segurança, cumprindo requisitos legais de proteção de dados e, principalmente, a capacidade de dar transparência, efetividade e agilidade", afirmou Oliveira.

Atualmente, o fluxo administrativo não está integrado entre os vários sistemas de gestão documental em uso no governo federal. O principal deles é o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), criado originalmente pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), e que tem sido usado por parte dos órgãos do Poder Executivo. Porém, alguns órgãos ainda possuem seu próprio sistema interno ou nem sequer utilizam processo eletrônico em suas tramitações administrativas de forma completa.

"Nós temos um nível de burocracia muito grande ainda na administração. Foi natural durante um processo de controle, mas hoje, com o incremento tecnológico, nós temos condições de ter ferramentas viáveis, que permitam que os serviços sejam mais fáceis, mais ágeis e mais acessíveis", enfatizou o ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência. Jorge Oliveira explicou que o SUPER.BR foi construído a partir da base do SEI, mas levando em conta também dispositivos contidos em diversos outros sistemas já utilizados em outros órgãos, como o Sapiens, da Advocacia Geral da União (AGU), que faz a gestão de todos os documentos,

processos e fluxos administrativos do órgão e é tido como um dos mais modernos em operação no país.

Previsto para entrar em operação em dezembro deste ano, em fase piloto, o SUPER.BR é um sistema de multiplataforma e responsivo, e pode ser utilizado a partir de celulares, notebooks e desktops de duas telas. Segundo o governo, a ferramenta segue os critérios da Lei de Acesso à Informação (LAI) e permitirá diferentes níveis de assinatura por parte de usuários, como certificado digital na nuvem e biometria.

Em uma parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o SUPER.BR poderá ser adotado por estados e municípios e outras entidades públicas interessadas na digitalização total dos processos administrativos.

Já o projeto CodeX, também anunciado durante a cerimônia desta quinta-feira, consiste em um sistema que deverá disponibilizar todas as normas federais em um único lugar, de forma atualizada e acessível aos cidadãos. Isso inclui leis, decretos, instruções normativas, portarias e outros atos públicos de toda administração federal. Por meio de inteligência artificial, a plataforma será capaz, por exemplo, de atualizar uma portaria ou instrução normativa sempre que um novo decreto editado pelo presidente, ou até uma nova lei sancionada, altere alguma regra em vigor em normas específicas.

O ministro Jorge Oliveira destacou que a integração entre as plataformas vai dar mais agilidade e transparência ao serviço público. "As normas serão produzidas no SUPER.BR, enviadas automaticamente no Diário Oficial da União, que alimenta imediatamente o CodeX. Antes, cada órgão produzia sua norma em um sistema diferente".

Revogação

Ainda durante a cerimônia, o presidente Jair Bolsonaro assinou o citativo "revogação" de decretos e atos normativos que perderam a eficácia legal, mas ainda estavam em vigor. Desde o início do governo, em 2019, cerca de 3,3 mil decretos desse tipo já foram revogados. Um projeto de lei, de iniciativa do Poder Executivo, pretende determinar a revogação de 1,2 mil leis que também perderam a eficácia jurídica, mas seguem no ordenamento legal brasileiro. (Agência Brasil)

O retorno da cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre operações de crédito renderá cerca de R\$ 2 bilhões em um mês, disse na quinta-feira (26) o secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal. A alíquota zero, que acabaria no fim de dezembro, acabou na quarta-feira (25) por meio de uma medida provisória editada pelo presidente Jair Bolsonaro.

Com a MP, quem pegou dinheiro emprestado numa operação de crédito voltará a pagar 3% ao ano (empresas) e 6% ao ano (pessoas físicas) sobre o valor contratado, mais uma alíquota fixa de 0,38% por operação. Zerada para baratear a concessão de crédito durante a

pandemia do novo coronavírus, a cobrança de IOF foi retomada para custear a isenção da tarifa de energia aos consumidores atingidos pelo apagão de três semanas no Amapá.

Segundo Funchal, a antecipação da medida em um mês não estava planejada e ocorreu por uma contingência, porque o IOF, por tratar-se de um imposto regulatório, tem efeito imediato sobre a arrecadação quando é reajustado. "É claro que o ideal é você ter algo planejado, mas teve uma eventualidade que foi a questão do Amapá e, para as ações de novas despesas, poderem ser feitas, pela LRF, Lei de Responsabilidade Fiscal, era necessária uma compensação", disse.

Também na quarta-feira, o governo editou medida provisória com crédito de R\$ 80 milhões ao Ministério de Minas e Energia (MME). Funchal, no entanto, não explicou a divergência de valores entre os R\$ 2 bilhões de arrecadação com o IOF e o valor repassado ao MME. Apenas disse que o governo agiu de forma conservadora, para evitar desrespeitar a LRF.

Inflação

Sobre o impacto da inflação sobre a gestão da dívida pública, Funchal disse que a recente alta no preço dos alimentos é transitória e não preocupa. "A gente tem confiança no time do Banco Central. Isso aí está bem controlado e claramente foi uma si-

tuação dessa inflação momentânea por conta de mudanças de padrão de consumo durante a pandemia", declarou.

Segundo o relatório de dívida pública, divulgado ontem, cerca de 25% da Dívida Pública Federal é corrigida pela inflação. Essa é a proporção de títulos corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) na dívida total.

Em relação aos elevados volumes de vencimentos da dívida pública em 2021, o secretário do Tesouro afirmou estar preparado. Ele reiterou que o órgão não espera para 2021 poder lidar com o colapso da dívida pública, reserva financeira para pagar vencimentos caso as condições de mercado se agravem. (Agência Brasil)

Plano para economia envolve aprovação de reformas, diz secretário do Tesouro

O plano para conter a dívida pública e alavancar o crescimento da economia em 2021 envolve a aprovação, nas próximas semanas, de reformas paradas na Câmara e no Senado, disse na quinta-feira (26) o secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal. Ele negou qualquer divergência entre o Ministério da Economia e o Banco Central.

Segundo Funchal, a equipe econômica trabalha para que o Senado aprove, após o segundo turno das eleições municipais, as propostas de emenda à Constituição emergencial (PEC) e do Pacto Federativo. A primeira PEC introduz gatilhos para segurar os gastos públicos quando a dívida pública atinge níveis altos. A segunda descentraliza recursos da União para estados e municípios.

Na Câmara dos Deputados, informou o secretário, o ministério trabalha para a aprovação do projeto de lei que libera o uso de dinheiro parado em fundos públicos para o pagamento de despesas. Funchal também citou o projeto que concede autonomia ao BC e liberaliza diversos marcos regulatórios.

Alinhamento

Em relação ao Banco Central, Funchal reiterou que o Ministério da Economia está "totalmente alinhado" com a autonomia monetária. "Todos fazem parte do mesmo governo", declarou Funchal em entrevista para explicar o déficit primário de R\$ 3,56 bilhões em outubro. Na quarta-feira (25), Campos Neto defendeu, em evento promovido por cooperativas de crédito, a necessidade de retomada das reformas estruturais e

de um plano fiscal para controlar o crescimento da dívida pública depois do fim da pandemia de covid-19. Mais tarde, o ministro da Economia, Paulo Guedes, respondeu e disse que a equipe econômica já tem um plano e pediu que o presidente do BC apresentasse o seu, caso tivesse um.

Reformas

Em comunicado que analisa o déficit primário de outubro, o Tesouro Nacional voltou a pedir reformas fiscais para que os gastos com o enfrentamento da pandemia do novo coronavírus não transcendam para 2021. Na avaliação do órgão, somente com a continuidade das reformas estruturais – administrativa, emergencial e do Pacto Federativo – o Brasil conseguirá crescer de forma sustentável e com juros baixos a partir do próximo ano. "Somente desta forma, a re-

tomada do crescimento observada neste segundo semestre de 2020 e esperada para 2021 poderá se traduzir em avanço sustentável para 2022 em diante, baseado nos investimentos privados que são geradores de emprego e renda. Sem reformas estruturais e com desgaste das regras fiscais, o cenário é oposto a este, com alta do juro e baixo crescimento", ressaltou o texto.

Sem citar uma eventual extensão do auxílio emergencial para 2021, o comunicado reiterou que não existe espaço fiscal para medidas que criem brechas para furar o teto federal de gastos. "O país já parte de um endividamento elevado em relação aos seus pares. Não há espaço para medidas que dificultem o processo de consolidação fiscal e fragilizem a regra do teto de gastos", concluiu a nota do Tesouro. (Agência Brasil)

Preços da indústria tiveram em outubro maior alta desde 2014: 3,40%

O Índice de Preços ao Produtor (IPP), que mede a inflação de produtos na saída das fábricas, registrou alta de preços de 3,40% em outubro. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), essa é a maior taxa da série histórica da pesquisa, iniciada em janeiro de 2014. Em setembro, a taxa havia ficado em 2,34%. Já em outubro de 2019, a taxa foi de 0,09%.

Com o resultado de outubro deste ano, o IPP acumula taxas de

inflação de 17,29% no ano e de 19,08% em 12 meses, também as maiores da série histórica.

Em outubro, 23 das 24 atividades industriais pesquisadas tiveram alta de preços em seus produtos. A exceção foi a indústria farmacêutica, com deflação (queda de preços) de 2,06%. Entre os setores com inflação, os destaques foram indústrias extrativas (9,71%), metalurgia (4,93%), alimentos (4,60%) e outros produtos

químicos (4,52%).

Entre as quatro grandes categorias econômicas da indústria, a maior alta foi observada nos bens intermediários, isto é, os insumos industrializados usados no setor produtivo, com taxa de 5,01%. "Se a gente olha os dez produtos dentro de bens intermediários, que mais influenciaram o resultado, seis são alimentos: dois derivados de soja, dois derivados da cana-de-açúcar, carne suína e rações. Os in-

co primeiros têm o efeito de uma demanda externa que está pressionando os preços no mercado internacional, mas também do câmbio", explica o pesquisador do IBGE Alexandre Brandão.

Os bens de capital, isto é, as máquinas e equipamentos usados no setor produtivo, tiveram alta de preços de 2,69%. Já os bens de consumo tiveram alta de 1,27% nos bens semi e não duráveis e de 0,97% nos bens duráveis. (Agência Brasil)

Déficit primário do Governo Central atinge R\$ 3,56 bilhões em outubro

Em um mês tradicionalmente marcado por superávit nas contas públicas, a retração econômica provocada pela pandemia do novo coronavírus fez o Governo Central – Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social – encerrar outubro com déficit primário de R\$ 3,563 bilhões. Apesar de ser o pior desempenho registrado para o mês desde 2015, quando o déficit chegou a R\$ 13,189 bilhões, o resultado veio bem melhor que o estimado pelo mercado.

As instituições financeiras pesquisadas pelo Prisma Fiscal, publicação do Ministério da Economia com analistas de mercado, estimavam que o resultado negativo ficaria em R\$ 44,1 bilhões no mês passado. Depois de terem caído 2% (descontada a inflação) em setembro, as receitas totais do Governo Central voltaram a subir em outubro, registrando alta de 9,8% acima da inflação em relação ao mesmo mês do ano passado.

O déficit primário representa o resultado negativo nas contas do governo desconsiderando os juros da dívida pública. De janeiro a outubro, o resultado negativo do Governo Central totalizou R\$ 680,974 bilhões, valor recorde da série histórica para o período. Nos mesmos meses do ano passado, o déficit somava R\$ 63,854 bilhões.

No acumulado de 12 meses, o déficit primário chega a R\$ 725,6 bilhões, o equivalente a 9,8% do Produto Interno Bruto (PIB). Para 2020, o Ministério da Economia projeta resultado negativo de R\$ 844,3 bilhões para o Governo Central, o equivalente a 11,7% do PIB.

Receita

Em relação à receita, o Tesouro Nacional afirma que a fonte de alta verificada em outubro se deve a receitas não administradas, que dependem do pagamento de tributos. Elas cresceram R\$ 12,4 bilhões acima da inflação, na comparação com o mesmo mês do ano passado, motivadas principalmente pela recuperação da atividade econômica.

Os tributos que mais registraram aumento na arrecadação foram o Imposto de Renda, relacionado à elevação dos rendimentos do trabalho, e o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). No caso do PIS/Cofins, a alta está relacionada à recuperação das vendas, que voltou aos níveis anteriores à pandemia de covid-19.

A arrecadação líquida da Previdência Social cresceu R\$ 6,2 bilhões acima da inflação em outubro em relação ao mesmo mês de 2019. As receitas não administradas, no entanto, recuaram R\$ 5,1 bilhões (descontada a inflação) na mesma comparação, motivada principalmente pela diminuição do pagamento de dividendos de estatais ao Tesouro durante a pandemia de covid-19 e pela queda na produção de petróleo.

Coronavírus

Mesmo com a recuperação em outubro, as receitas líquidas do Governo Central acumulam queda de 11,6% de janeiro a outubro descontada a inflação. O recuo reflete a crise econômica provocada pela pandemia do novo coronavírus, que paralisou a produção e o consumo durante algumas semanas.

Além da queda nas receitas, o aumento de despesas com o enfrentamento da pandemia de covid-19 tem pressionado o crescimento do déficit primário. Por causa do estado de calamidade pública aprovado pelo Congresso em março, o Governo não está dispensado de cumprir a meta de déficit primário de R\$ 124,1 bilhões para este ano.

Segundo os números do Tesouro, as medidas associadas à pandemia aumentaram as despesas em R\$ 29,8 bilhões no mês passado. A maior despesa decorrente do auxílio emergencial, que totalizou R\$ 21 bilhões. Em segundo lugar, vem o aporte de R\$ 5 bilhões do Tesouro ao Fundo Garantidor de Operações, que garante empréstimos para micro e pequenas empresas.

A ajuda aos estados e municípios consumiu R\$ 3,6 bilhões